ISSN 2237-1508
PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura
Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, jan. a dez. 2026
www.periodicos.uff.br/pragmatizes

A memória enquanto patrimônio cultural: alteridades e narrativas sobre o Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, Piauí[1]

Luzia Maria de Sousa Carvalho Policarpo[2]

Aline Gonçalves de Freitas[3]

Maria do Amparo Alves de Carvalho[4]

Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento[5]

RESUMO: Neste trabalho, usamos a oralidade para verificar as relações de pertencimento e da memória como forma de salvaguardar o patrimônio cultural, na comunidade do entorno do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos. O Sítio localiza-se no município de São João do Piauí, na área do Parque Nacional Serra da Capivara, Nordeste do Brasil, e possui uma diversidade de vestígios arqueológicos como cerâmicas contendo enterramentos humanos datados por radiocarbono de 450 a 140 anos cal. antes do presente, ou seja, quatro séculos passados, além de artefatos líticos lascados e pinturas rupestres. A Educação Patrimonial desenvolvida neste trabalho se apropriou da História Oral, por meio de entrevistas semiestruturadas com os proprietários da terra onde foi registrado o Sítio. Estas pessoas fazem referência à sua identificação como indígenas e descendentes dos grupos humanos ali sepultados. Nós transcrevemos as impressões das mesmas sobre as materialidades do passado e do presente, fato que, em certa medida, molda sua memória social e identidade cultural e auxilia na preservação do patrimônio arqueológico local.

Palavras-chave: educação patrimonial decolonial; história oral; identidade cultural; Serra da Capivara; Piauí.

[1] Artigo originalmente publicado na edição 27 da Revista PragMATIZES, e revisado a pedido das autoras.

[2] Doutora em Bioarqueologia com grande área em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Estágio de Pós-Doutorado no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: arqueoluz@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5245-3138.

[3] Doutorado em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista de Desenvolvimento Regional FAPEPI/CNPq do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: tuttyfreitas@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5450-0850.

[4] Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Docente no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: amparocarvalhoarq@ufpi.edu.br. ORCID: https://orcid.org/009-0007-8235-461X.

[5] Doutora em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional – UFRJ). Docente no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: analage@ufpi.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6953-4065.

Como citar:
POLICARPO, Luzia Maria de S. C.; FREITAS, Aline G. de; CARVALHO, Maria do Amparo A. de; NASCIMENTO, Ana Luisa M. L. do. A memória enquanto patrimônio cultural: alteridades e narrativas sobre o sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, Piauí. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, p. 1-21, 2026.
DOI: https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v16i30.71290.

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa de dissertação de mestrado da primeira autora, intitulada: *"O que nos dizem os Mortos? Aspectos alimentares inferem modos de vida dos povos pretéritos na Serra da Capivara"*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 2017. O objetivo foi aplicar a abordagem da história oral como estratégia de uma Educação Patrimonial Decolonial junto à Comunidade vivente no entorno do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, para reafirmar sua memória e identidade na preservação do patrimônio arqueológico e cultural.

De acordo com a Portaria IPHAN n° 137, de 28/04/2016, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial e das Casas do Patrimônio, entende-se como Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que visam à proteção do patrimônio cultural socialmente apropriado, por meio da compreensão sociohistórica, de valorização e de preservação das referências culturais. As ações educativas devem primar pela participação dos agentes comunitários, detentores e/ou produtores dessas referências, estimulando sua comunicação, de modo a associar a preservação dos bens culturais a seus locais e territórios e às suas conexões simbólicas e afetivas. Nós asseguramos o anonimato e a privacidade dos participantes desta pesquisa, preservando a confidencialidade dos dados sensíveis obtidos (nomes, fotos)[6].

O Art. 6° da Carta Patrimonial de Lausanne (ICOMOS/ICAHM, 1990) indica que a conservação do patrimônio arqueológico *in situ* deveria ser uma ação prioritária e aconselha sua preservação e gestão igualmente por parte da população local.

Reiterando as diretrizes do IPHAN, as ações educativas acerca do Patrimônio Cultural devem priorizar a construção coletiva e democrática dos saberes, estimulando o diálogo constante entre os agentes culturais e sociais, com a participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de tais referências culturais (Florêncio *et al*, 2014).

[6] Estas ações estão em conformidade à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados ou LGPD) e aos Artigos 17, 19 e 61 da Lei Nº 14,874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, onde não são citados nomes, fotos ou qualquer elemento que permita a identificação das pessoas entrevistadas, mantendo a proteção desses dados.

O Patrimônio Cultural, no entanto, é visto como um campo de conflito, como afirma Gilberto Velho (2006), devido às diferenças inerentes à sociedade complexa moderno-contemporânea, com seus múltiplos segmentos e tradições culturais, de modo que cada ator social se posicionará de modo diferente em relação à política de proteção e preservação cultural e ambiental. Esse embate é palco de discussão desde a criação do IPHAN (SPHAN), na década de 1930, cuja postura em relação às referências culturais começa a se remodelar no final da década de 1970 e início dos anos 1980, com a participação de grupos e comunidades em contraponto a uma hegemonia cultural nacional. Na década de 1990, incorpora-se o termo Educação Patrimonial provindo da Inglaterra, mas ainda seguindo o viés colonialista das práticas educativas voltadas ao patrimônio cultural (Fonseca, 2005; Chagas, 2013; Tolentino, 2018).

No final da década de 2000, sob a perspectiva da desconstrução das práticas colonialistas-capitalistas em relação ao patrimônio cultural brasileiro, Santos e Menezes (2009) e Tolentino (2018) defendem as "Epistemologias do Sul". Este paradigma revela uma nova forma de concepção da produção de conhecimento e da horizontalização dos saberes (-poderes), entre os centros universitários e os grupos sociais subalternos e oprimidos, ou seja, a incorporação de um pensamento pós-abissal (Santos, 2009; Walsh, 2009). O binômio saber-poder, na perspectiva de Michel Foucault (2010) está diretamente implicado, onde não haveria relação de poder sem a constituição correlata de um campo do saber. Esse paradigma se articula política e historicamente nas sociedades e se refere ao discurso sob a forma de disciplina e controle. O saber é a prática discursiva, é o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam. O saber se define por possibilidades de utilização e apropriação oferecidas pelo discurso, logo, o exercício do poder explica a produção de saberes (Foucault, 2013). Neste sentido há um confronto entre a monocultura da ciência moderna, detentora do saber (-poder) e a ecologia de saberes, de modo a validar os múltiplos conhecimentos sociais (Santos; Meneses; Nunes, 2004; Tolentino, 2018). A construção de inventários participativos surgiu em 2007, como modo de romper com a hegemonia e contribuir com a Educação Patrimonial Decolonizadora (Walsh, 2009), afirmando a legitimidade de diferentes grupos sobre a noção de Patrimônio Cultural.

A partir desse ponto, a pessoa ou grupo passa a relatar suas memórias e transmitir

suas emoções e vivências que podem e devem ser partilhadas ao longo do tempo. A experiência vivida transforma-se em memória, agindo, assim, como uma ferramenta contra o esquecimento (Gomes, 2007). A memória deve ser observada como fenômeno coletivo e social, construída coletivamente e submetida a mudanças constantes. A memória individual é uma memória construída socialmente e a memória social é a manifestação coletiva da memória de um grupo ou sociedade (Halbwachs, 1990).

Segundo Vygotsky (1999), a construção do indivíduo só é possível em sociedade e essa construção ocorre por meio do desenvolvimento histórico e cultural, buscando suas alteridades. A memória de um indivíduo é, em parte, herdada, como afirma Pollak (1992, p.4), já que não se refere apenas à vida física da pessoa, mas também sofre flutuações temporais em que ela é articulada e está sendo expressa, e sobre como podem ser estruturadas, de forma individual e/ou coletiva, ainda que esta última seja bem mais organizada. Logo, o passado não se conservaria, não obstante se reconstruiria no presente (Halbwachs, 1990). Essa premissa resulta interessante do ponto de vista da validação das pesquisas em história oral como fonte de memória e de patrimônio.

Existe uma estreita relação entre a memória herdada e o sentimento de identidade, individual e coletiva. Portanto, a memória sendo construída a documentação também seria, seja ela de fontes orais ou escritas (Pollak, 1992).

A noção de identidade cultural está intimamente associada à construção social, onde as relações de poder estão presentes e contribuem para a autoafirmação e pertencimento de indivíduos ou comunidades, suas origens, ancestralidades, histórias e narrativas populares (Santos, 2019). As identidades se constroem a partir de três origens: a) a identidade legitimadora, criada pelas instituições para racionalizar os atores sociais envolvidos; b) a identidade em contexto de dominação, onde os atores sociais procuram resistir ao caráter autoritário de dominação dado pelas instituições; e c) identidade de projeto, cujos atores sociais usam recursos de seu espaço simbólico na reconstrução da sociedade (Castells, 1999).

Esse artigo tem como objetivo principal abordar as memórias, impressões e vivências das pessoas que habitam atualmente o entorno do Sítio arqueológico Toca da Baixa do Caboclos-PI, por meio da História Oral, atestando sua contribuição às pesquisas arqueológicas. Dessa forma, é possível integrar os relatos orais das memórias coletivas transcritos às práticas educativas nos processos de patrimonialização de bens

arqueológicos, como um projeto de caráter político-social e identitário (Davallon, 2015; Tolentino, 2018).

A ocupação humana secular no Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos

A compreensão ambiental do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos (Foto 1) nos permite uma visão mais ampla sobre a sua ocupação pretérita. O abrigo sob rocha faz parte do enclave[7] arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, estando envolvido pelo grande escarpamento de rocha arenítica e avermelhada, que marca o limite da Chapada. O entorno do Sítio é atualmente ocupado por cultivo de feijão, milho, abóbora e mandioca (Guidon; Vergne; Vidal, 1998; Leite, 2011). Nos locais não ocupados pelas roças, a vegetação é arbustivo-arbórea, composta por catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul.), jurema branca (*Piptadenia stipulacea Benth*.), cabeça-de-frade (*Melocactus bahiensis* (Britton & Rose) Luetzelb.), mandacaru (*Cereus jamacaru* DC.), juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.) e uma plantação de capim de corte (*Panicum* spp.). Vegetação essa reconhecida até pela neta dos proprietários e residentes das terras na área do Sítio.

Imagem 1 - A paisagem cultural recente do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos, PI.



Fonte: Luzia Policarpo (2017)

As intervenções arqueológicas que ocorreram no Sítio foram realizadas em duas etapas, entre os anos de 1996 e 1998. No entanto, anteriormente, o proprietário à época, esposo da Entrevistada 1, já havia encontrado alguns remanescentes ósseos humanos expostos na superfície do abrigo por pisoteio de gado. Foi ele quem comunicou à FUMDHAM[8] sobre os enterramentos "de gente" em suas terras, o que motivou uma equipe de arqueólogas a realizar uma visita no local. Ali detectaram um desmoronamento da parede da escarpa, provavelmente pela erosão das águas pluviais, o qual havia

[7] Enclave, de acordo com Martin, 2013, p. 89, consiste em um conjunto de áreas arqueológicas.
[8] FUMDHAM é sigla da Fundação Museu do Homem Americano, localizada em São Raimundo Nonato, Sudeste do Piauí, instituição responsável pela salvaguarda dos bens arqueológicos.

lixiviado o solo superficialmente, evidenciando o crânio e a "cabeça" do fêmur de um dos nove indivíduos ali enterrados. Os esqueletos humanos sofreram deposição secundária em urnas cerâmicas e o indivíduo criança, o "caboclinho", possuía acompanhamentos funerários de arco e flecha de madeiras e fibras vegetais. Este indivíduo preservou-se pelo processo de mumificação (Mendonça de Souza *et al*, 2002). Também foram registrados no Sítio artefatos líticos, fogueiras (estruturas de combustão) e pinturas rupestres (Guidon; Vergne; Vidal, 1998; Leite, 2011, Carvalho, 2019). Os esqueletos humanos foram datados pelo método radiocarbono (^{14}C) e apontam idades entre 550 e 140 anos (calibrados) antes do presente (Freitas *et al*, 2022).

Em termos de paisagem e uso da terra, os microvestígios de plantas e isótopos de carbono e nitrogênio recuperados dos enterramentos apontam uma alimentação mista, à base de plantas e animais de médio porte, o uso de plantas com potencial farmacológico e ritualístico, como o ouricuri (*Syagrus*), a aroeira (*Schinus*), o pequi (*Caryocar*), o juazeiro (*Ziziphus*), a malva-benta (*Sida*), os angicos (*Piptadenia*, *Anadenanthera*) e as juremas (*Mimosa*, *Acacia*) e plantas cultivadas, como o milho (Zea mays), a batata-doce (*Ipomoea batatas*), a mandioca (*Manihot* sp.) e as pimentas (*Capsicum* sp.) (Carvalho, 2019; Freitas *et al*, 2022).

O Sítio arqueológico, usado no passado como área de habitação e espaço sagrado para enterrar os entes queridos de antigos grupos humanos, foi ocupado ao longo dos últimos quatro séculos. A área encontra-se relativamente bem preservada ao longo do tempo. Estas ocupações humanas são contemporâneas ao período da invasão europeia, uma vez que o Sudeste do Piauí teve sua colonização tardia, no final do século XVII e início do século XVIII, pelos sertanistas provenientes do rio São Francisco, o que resultou na dispersão de muitos povos indígenas. Na segunda metade do Século XVIII, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, ocorreu a expansão das fazendas de gado e o etnocídio indígena (Oliveira, 2007).

As informações etnohistóricas indicam as seguintes etnias indígenas para o Piauí colonial: Gê, Tupi-Guarani, Caribi, Cariri, Kamakã, Acroá, Tremembé, Guêgue, Timbira, Jaicó, Tabajara e Pimenteira. Cada etnia era dividida em nações e cada nação em diversas 'tribos', totalizando 211 em todo o Estado (Medeiros, 2002). A região Sudeste do Piauí, entre o rio Piauí e o rio Gurguéia, que abrange os municípios de Caracol, São Raimundo Nonato e São João do Piauí, foi ocupada na metade do século XVIII e primeira metade do

século XIX pelas fazendas de gado. Este fato ocasionou muitas guerras entre os povos indígenas, designando os "Pimenteira" como os "últimos" povos nativos do sertão do Piauí (Oliveira, 2007). Registra-se que no século XVIII, em 1776, a área de estudo foi ocupada pelos povos indígenas Pimenteira, sendo esses afugentados por João do Rego Castello Branco, conhecido vulgarmente como "o matador de índios", cujo etnocídio na região durou dez anos (Oliveira, 2007). No século XIX, a propriedade onde se localiza o Sítio arqueológico era de posse de um vaqueiro que "capturou" uma indígena para ser sua esposa. Essa mulher vem a ser a avó materna da Entrevistada 1[9], que nos relata esses fatos neste trabalho. Atualmente, as terras do Sítio arqueológico pertencem à sua família.

Em relação às práticas culturais, sabe-se que os indígenas Kamakã, que habitavam a Serra da Capivara, praticavam enterramento secundário em urnas funerárias de cerâmica (Oliveira, 2002). Os indígenas Pimenteiras fabricavam sua cerâmica e dominavam técnicas agrícolas, usavam cabaças, aiós (caroá) e outras plantas para trançar fibras e produzir redes, esteiras, material construtivo, armas como o arco e a flecha. Eles desenvolviam uma agricultura simples nas roças, com seus machados de pedra plantando "legumes de caroço"[10] em terrenos férteis e praticando a caça. Os Pimenteira tinham como prática funerária o enterramento secundário de seus mortos em urnas cerâmicas (Oliveira, 2007, p. 75-76).

Reflexões teóricas e metodológicas acerca das fontes orais e seus usos pela arqueologia. As fontes orais como memória coletiva

Nas pesquisas em História Oral é comum o contato com a comunidade detentora do patrimônio cultural que, em alguns casos, possui estreitas relações de territorialidade e afetividade de caráter preservacionista. Os dados fornecidos sobre os sítios arqueológicos são, em sua maioria, derivados de dados da cultura material, resultantes das escavações e prospecções realizadas. Não obstante, a informação oral e os relatos de memória possuem grande relevância nos casos de sítios ou áreas arqueológicas ocupados em tempos recentes, por estarem presentes na memória das pessoas e de seus antepassados, e por serem reconhecidos historicamente por estas populações (Orser,

[9] Entrevistada 1, idosa (em out/2017), é proprietária e herdeira das terras onde foi registrado o Sítio arqueológico. A entrevista foi concedida em sua residência.
10 Legume de caroço são plantas semeáveis, como as leguminosas (feijões), milho e as abóboras, diferente dos tubérculos, como batata-doce e mandioca, plantadas por maniva.

1992).

A História Oral no contexto arqueológico promove uma aproximação entre os profissionais em arqueologia e as comunidades, por meio dos relatos e fontes orais por elas expostas, evidenciando a experiência pessoal cotidiana dos indivíduos em relação à cultura material associada a estes locais (Borba; Almeida; Bandeira, 2015).

As entrevistas coletadas nesta pesquisa se embasaram no método da História Oral, com o objetivo de produzir informações tendo como base a memória coletiva (Alberti, 2010), partindo da visão de que a comunidade possui relação de identidade com esses antepassados e a simbologia do espaço fúnebre como herança cultural ao longo de tempo.

Com a finalidade de coletar algumas informações e registrar as memórias relevantes para este levantamento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as pessoas residentes da área do Sítio arqueológico, devidamente autorizadas pelas mesmas, para fins de divulgação, via termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), primando pelos relatos da Entrevistada 1, matriarca e anciã da comunidade. Estas pessoas declararam possuir uma forte relação de memória e identidade com os grupos humanos que ali viveram em tempos passados.

Análise das fontes orais obtidas

Para o registro das fontes orais, solicitamos uma entrevista semiestruturada com a Entrevistada 1 (idosa, à época da entrevista), proprietária das terras onde foi localizado o Sítio. Hoje, ela vive no perímetro urbano de São João do Piauí. Quando a encontramos pela primeira vez, ela estava sentada em sua cadeira de balanço, possuía expressão de aconchego e delicadeza. Exibiu simpatia e marcas de expressão que transmitia muitas histórias vividas. Ela se autoproclama indígena. A conversa se iniciou com perguntas sobre a história de seu local de moradia, o Sítio arqueológico, e sobre seus antepassados:

> "A minha bisavó era cabocla[11], ela foi pega como cachorro no mato, eu tenho sangue de caboclo, minha vó contava que a mãe dela foi pegada de cachorro na mata e foi obrigada a casar com um negro, vaqueiro. Ela teve um monte de filhos, perdeu os costumes dela, porque ele era muito ruim, judiava com ela, muito ruim. Ela sofreu muito nas mãos desse marido. Daí teve uma família grande e era todo mundo da roça, quando tinha anos bons de chuva, era muita fartura lá, plantava tudo e tudo dava, muito feijão, milho, melancia".

[11] Indígena que habitava a região durante a ocupação colonial para instalação das fazendas de gado no Séc. XVIII.

A história inicia-se com os relatos orais de seu parentesco "indígena" e sua relação simbólica e afetiva com os enterramentos humanos descobertos em suas terras. A Entrevistada 1 e seus familiares declararam que já sabiam da existência dos "caboclos" enterrados ali, mesmo antes das escavações arqueológicas. Seus filhos foram quem descobriram os esqueletos humanos em seu quintal, após o crânio de um "indiozinho" ter sido evidenciado provavelmente pelo pisoteio de gado. Ela os percebe como seus antepassados e se orgulha disso. Ela continuou a nos contar a história de sua bisavó que foi capturada naquela área, há pelo menos um século, e ela respondeu de forma simples e com uma expressão triste, de revolta:

> "Ela foi pega na mata, por ali mesmo, se perdeu do bando dela e eles pegaram ela e não soltaram mais. Os outros caboclos foram embora dali. Daí ela aprendeu a conversar com eles".

Depois de nos contar, ela parou um instante, como se estivesse pensando no evento, e ressaltou sua origem, seu "sangue caboclo" e dizia não concordar com a escavação arqueológica realizada no Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Ela não queria que os esqueletos humanos fossem retirados de seu local de enterro, porque os entendia como seus antepassados, seu sangue, sua gente, e considerava o local como intacto, sagrado. O cemitério era deles e que não deveriam ter mexido lá, não deveriam tê-los retirado de seu local sagrado:

> "Lá era o cemitério dos caboclos, lá onde eu morava, lá não era para mexer não, não era para apanhar não, porque os caboclos corre o sangue aqui na minha veia, eles podem deixar o Sítio lá, o cemitério deles lá, sem ninguém mexer, tudo enterrado em nove potes, eles eram enterrados dentro de um pote. Eles cortavam "junta" por "junta" e botavam dentro de um pote".

Foi possível observar sua indignação em relação à alteração do contexto funerário e aos indivíduos enterrados, uma vez que a relação de sua família com os enterramentos tratava-se de uma relação de respeito, de laços familiares, de visão ancestral e parte dos seus antepassados, preferindo, assim, a manutenção das estruturas funerárias no espaço sepultado, o que não ocorreu. O processo da escavação arqueológica, para retirada dos sepultamentos, ocorreu em duas etapas, nos anos de 1996 e 1998, conforme mencionado anteriormente. Os moradores já sabiam da existência dos esqueletos humanos em sua propriedade. Ela nunca concordou com as escavações arqueológicas, autorizadas apenas por seu esposo, à época vivo e que, segundo ela, acompanhou de perto os trabalhos. Ela lamentava a retirada de seus "antepassados" do local que eles escolheram para depositar

seus entes queridos após a morte:

> "Os meninos lá de casa foram. Eu não porque eu era contra. O último que encontraram era uma criança. Como vão ao cemitério e arrancam o corpo deles lá, da gente, isso aí é a mesma coisa que eu, porque eles são brabos, mas como o sangue corre em minhas veias, eles podem ficar aí, podem deixar eles aí".

A expressão dela era de tristeza. Ela parou de falar e pensou… Perguntamos sobre os donos dos potes? Ela não hesitou e respondeu em seguida, com uma certeza no olhar:

> "É, aqueles caboclos eram "Xavante" né, eles eram "Xavante", aqueles das costas largas, pois eles eram. Agora eles tavam lá nas pedras, assim debaixo de uma grota, onde fica lá atrás, eles faziam um buraco na pedra para aparar a água das chuvas durante a seca, aí usavam a água que escorria e ficava represa no buraco, tinha também um buraco onde botavam sal, só sal, não sei pra que era, porque eles não comiam sal, caboclo não comia sal".

Ainda que essa afirmação não possua caráter científico, a transmissão do conhecimento tradicional sobre os povos indígenas que viveram há poucos séculos no local resulta bastante interessante. São informações que podem ser confrontadas aos dados etnográficos e etnohistóricos.

Na oportunidade questionamos se na região ou no platô da Chapada São Francisco havia qualquer outro registro das atividades de grupos humanos, pois nos resumíamos à área do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos, onde foram recuperadas as urnas funerárias com enterramentos humanos. Daí, ela comentou:

> "Tem! lá tem um poço de treze palmos. Quando estava cheio de água sumia qualquer pessoa, lá só saia se alguém tirava. Nós ainda alcançamos esse poço quando eles [os índios[12]] saíram...o poço na laje que eles abriram, quando eles saíram entupiram quase todos".

A referência que ela faz ao poço, na verdade, trata-se de cacimbões feitos na rocha arenítica, usado para diversas atividades cotidianas, como ela mesma esclareceu:

> "Era um caldeirão, era onde eles despejavam a água. Nós achamos ainda um lugar onde *ele* [o índio] cavou. Era feito na laje, não sumia um pingo d'água, até hoje... foram eles que fizeram, ali não foi Deus que fez, foi eles. Pra beber né?! Para armazenar água. Esses negócios que ... como vocês chamam [fazendo um gesto arredondado de urnas]? Eu - Urnas. Ela continuou... Esses potes, as urnas, *eles* faziam com essa água. Amassava aquele barro e fazia aqueles "potão". O que iam

[12] Nós optamos por manter o termo "índio" porque ele corresponde fielmente à fala da Entrevistada 1. No entanto, a título de esclarecimento, existe uma discussão bastante profunda nas Ciências Sociais sobre o peso que este nome representa e como ele foi corrompido sobretudo pelo colonialismo. Viveiros de Castro (2003) atribui ao nome indígena um chamado político, onde são definidos como povos originários de determinado lugar e ligados a ele por uma conexão imanente. Estes indivíduos são a propriedade da terra e não os proprietários, seja em uma comunidade rural ou urbana, e que mantém vínculos histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-coloniais.

> morrendo eles iam colocando ali dentro, cortadinho junta por junta".

Aproveitando o conhecimento da Entrevistada 1 sobre as práticas culturais que já ressalta o caráter identitário local, perguntamos sobre a utilização dos potes cerâmicos, na tentativa de relacioná-los às urnas funerárias recuperadas no Sítio:

> "Não, aqueles potes eram só para colocar os mortos mesmo. Eles comiam era cru, sem sal. Ali era só para colocar os mortos. Quando eles acabavam de colocar nos potes eles enterravam. Ali era tudo enterrado, tudo... ali ninguém via pote não, só deu fé porque os bichos foram cavando, a cabeça ficou de fora e eles puxaram, mas ninguém sabia o que era que tinha debaixo não. Mas eles usavam para outras coisas, botar água, não para cozinhar. Eles gostavam mais cru. Minha filha achou um desses potes e levou pra casa e não conseguia sossegar…vendo coisas. Até eu fazer ela devolver. Pra levar foi um peso absurdo, para devolver era como uma pena, mandei enterrar e cobrir. Virou ilusão, ninguém acha mais".

O solo superficial do Sítio possui matriz arenosa, com certo teor silte e argila variando do cinza claro a marrom escuro nas áreas distais dos enterramentos e avermelhadas no paredão, sem fontes constantes de argilas nas cercanias. Questionamos de onde poderia ter sido coletada a argila usada para fabricação e ela sorriu de forma irônica, com a resposta em forma de pergunta:

> "Quem é que sabe? [risos e ar de dúvida] isso ninguém sabe né! Ninguém sabe... [baixou a cabeça pensando]. Mas de algum lugar eles tiravam que faziam as urnas deste tamanho [gestos]. Mas eles usavam a água e faziam esses potes. E eles faziam os potes bem feito. Lá era só eles que moravam até lá na terra lá de cima [se referindo ao platô], tem potes lá, ainda tem pote lá, *eles* [os filhos dela] pegaram um desses potes lá, daí *eles* [os índios – espíritos] fizeram deixar lá de novo, enquanto não deixaram lá *eles* [os índios – espíritos] não deixavam ninguém dormir lá em casa, tinha que deixar *ele* [o pote] lá, onde está até hoje, ainda hoje ele está lá. Este pote lá meu filho pegou e levou pra casa. Estava cheio de água lá em casa, mas aí tiveram que ir deixar lá onde acharam, era um pote grande, bem feito, grande, redondo e todo desenhadinho, por dentro era um pote normal, enquanto ele estava lá ninguém tinha sossego não, *eles* [índios] não deixavam não. Pra levar pra casa quase não coloca na cabeça, pra deixar lá de volta era uma pena. Lá na área também tinha um machado de pedra, bem bonitinho, daí um amigo do meu tio pediu, "*me vende ele e tal*". Aí levou esse machado por quinze reais e nunca mais. Lá perto tinha uma gruta deles cheia de desenho nas paredes, mas foram inventar de ir pra lá, quando iam andando caiu uma pedra grandona, fechou a entrada, pronto, ninguém entra mais lá".

No sítio é possível observar várias pinturas rupestres da tradição geométrica[13]. Uma das pinturas chama atenção por ser contínua e apenas apresentar traços paralelos na vertical com coloração vermelho escuro. A Entrevistada 1 comentou algo que nós, profissionais em arqueologia, não havíamos imaginado, e foi exatamente o que ela esclareceu quando perguntamos se, na opinião dela, ainda havia mais enterramentos no

[13] De acordo com Martin (2013, p. 285) são as pinturas ou gravuras descritas como abstratas, simbólicas, esquemáticas e/ou também geométricas.

abrigo:

> "Lá ainda hoje tem. Ainda hoje tem caboclo enterrado lá, eles faziam nas pedras os riscos da quantidade de pessoas que tinham enterrado lá. Ainda hoje tá lá, você pode ver. Tem uns riscos assim [*gestos verticais*]. Ainda hoje tem pote lá de caboclo. Foram tirada uns, foram sete ou oito. A última era uma criança. Não sei se eles fizeram tudo".

Ela se referia ao nono enterramento, o último a ser escavado e que, por ser uma criança com excelente estado de preservação (mumificação), lhe dava revolta vê-la retirada de seu cemitério. Ainda questionamos a possibilidade de ela visitar os esqueletos humanos na Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), tendo respondido de forma incerta:

> "Tenho até vontade de ver, mas ... [*suspira*] lá só entra quem paga, agora ele [seu falecido marido] [*olhando a foto dele*], ia passar lá sem pagar, nós da comunidade entrava sem pagar. Lembro que as urnas quando foram tirar se quebraram com eles dentro".

Percebemos que era difícil para a Entrevistada 1 aceitar a ideia de que alguns deles estariam à vista do público em geral (na exposição) e outros guardados (na reserva técnica), mesmo sabendo que todos estão em lugar seguro. Ela falou:

> "É ... podia [*pensativa e com tom de ironia*]. Falaram que se eu quisesse ir ver, né. Mas... o Museu na Serra da Capivara é em São Raimundo né, eu fui lá em São Raimundo um tempo desse né, mas não gostei muito de São Raimundo não, agradeço".

Assim, ela encerrou a entrevista, lembrando que já eram 15h e ainda tínhamos que ir ao Sítio Toca da Baixa dos Caboclos, que se localiza na Zona Rural do município. Durante o percurso, o Entrevistado 2, filho da Entrevistada 1, esclareceu como foram identificados os enterramentos, em 1996:

> "Eu estava com meu irmão atrás dos bichos, que fugiam de tarde lá pra cima do morro. Quando eu avistei foi aquele negócio parecendo uma cabeça, e os bodes lambendo. Quando cheguei perto vi que era um crânio de gente. Peguei, com meu irmão, sabe que menino não é gente, e levamos pra casa. Sabe aquela árvore perto do Sítio? próximo da casa de minha irmã? Pois é, pendurei a cabeça lá num galho que estava seco, e deixei lá. Quando mostrei a minha mãe ela brigou, disse para nós devolvermos, mas... menino né! Deixei lá. Pois de noite, começou a acontecer coisas estranhas, ouvia vozes dizendo para devolver o crânio, terra caindo na casa, quando abrimos a porta e olhamos, a caveira estava acesa, com uma luz azul dentro, dava medo, muito medo... [*respirando fundo*]. Ele não deixava ninguém dormir na casa, parecia que a casa estava cheia de gente andando a noite toda. Quando foi de manhã, minha mãe fez nós devolvermos, daí acabou tudo, não ouvimos mais nada. Aquele lugar é especial pra mim, sinto uma coisa diferente lá, apesar que depois que meu pai morreu e enterramos no

terreno lá perto, não gosto mais de andar lá[14].

As conexões simbólicas e afetivas na preservação do patrimônio arqueológico

Dadas as fontes orais obtidas, nota-se a carga simbólica que o local representa enquanto lugar de memória e a noção de pertencimento dos moradores locais, em relação a seus "ancestrais" indígenas, que viveram conflitos com a chegada do colonizador branco. É um lugar que guarda "seus mortos" e com eles as memórias do passado secular que ainda perduram nas lembranças populares. A autoidentificação das pessoas com os grupos indígenas de tempos históricos denota a ideia de identidade cultural daquela pequena comunidade.

Davallon (2015) reforça que a patrimonialização precisa produzir um saber e uma conexão acerca do objeto a ser patrimonializado, atribuindo a ele um caráter simbólico que possa permear o passado, o presente e o futuro, como uma materialidade portadora de significação.

As informações de memória coletiva coincidem com os aspectos da paisagem ocupada e uso da terra nos últimos séculos, observadas nos vestígios arqueológicos submetidos às análises de restos microscópicos de plantas (i.e., grãos de pólen, fitólitos, grãos de amido). Estes elementos nos informam as condições do clima, da paisagem e do uso, manejo e cultivo de plantas por grupos humanos do passado (Carvalho, 2019; Freitas *et al*, 2022). Desse modo, os relatos orais são fundamentais para complementar as pesquisas arqueológicas, tendo como ponto de partida a memória social construída sobre determinadas paisagens e culturas.

As narrativas memoriais dos moradores sobre os objetos arqueológicos ampliam os laços entre o passado e o presente, de modo a considerar a arqueologia da memória e do afeto das pessoas vivas e sua carga simbólica enquanto meio de patrimonialização, ainda que muitas vezes seja considerada ilegítima, do ponto de vista preservacionista (Bezerra, 2017).

O fato de os moradores do local do Sítio terem guardado em suas casas, ainda que por pouco tempo, os achados, demonstra uma estreita afinidade e relação afetiva que

[14] Entrevista concedida pelo Entrevistado 2, agricultor, adulto, em sua residência, na área do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos.

remonta uma memória social com o passado histórico e/ou arqueológico. Este ato representa a construção de outras relações para a arqueologia, sobretudo na forma de apropriação do patrimônio arqueológico e de sua problematização em relação à sua preservação (Holtorf, 2012; Bezerra, 2017).

Pôde-se perceber que, mesmo entre eles e especificamente entre o casal - a Entrevistada 1 e seu falecido marido, não houve consenso quanto ao destino dado aos remanescentes ósseos humanos recuperados em sua propriedade. Para ela, esse fato lhe trouxe desolação, pois mesmo que as arqueólogas se colocassem à disposição para levá-la até à Reserva Técnica da FUMDHAM, para que ela pudesse acompanhar o processo de curadoria e o acondicionamento dos esqueletos humanos, ela nunca se dispôs a ir até lá. Não seria a mesma coisa que deixá-los "sossegados onde estavam". Para ela, os restos mortais dos seus antepassados deveriam ter permanecido no local de seus enterramentos. Um dilema entre a ciência, a memória e a tradição, o que equivale dizer entre os pesquisadores e as comunidades.

Compreendemos ainda que a memória coletiva é um mecanismo importante na salvaguarda de informações do passado, a respeito de locais de memória e de identidade (Alberti, 2004). Observando o texto de Delgado (2009), é possível estabelecer uma discussão sobre o tempo, notando-se que esse é um movimento de múltiplas faces, pois permite observar as características e ritmos de como as memórias são passadas às gerações futuras e inseridas como simbologia à vida humana. Através da memória se transmite não só o conhecimento, como também se fortalece a ideia de patrimônio e de valorização da identidade cultural que sobrevive às gerações.

Essa percepção dos costumes e simbologias que resistem ao tempo, seja ela relacionada a coisas ou pessoas, permite também o conhecimento dos valores culturais que levam à preservação dos bens de natureza tangível e intangível, mantendo viva a memória de uma determinada comunidade. O conhecimento dos valores do patrimônio arqueológico e cultural, quando passa a ter reconhecimento, consente o estabelecimento de uma relação de identidade; partindo dessa perspectiva, a preservação será a consequência (Delgado, 2009).

Além disso, as heranças culturais, sejam elas consideradas patrimônio e relacionadas aos bens materiais ou imateriais (memórias), podem ser aproximadamente resumidas se forem observadas como um complexo que inclui valores, costumes, crenças

e práticas cotidianas que constituem o modo de vida de um determinado grupo cultural específico, seja ele pretérito ou não. É a herança cultural que forma todo o complexo, como citada por Ferreira (2012, p. 2) afirmando que a herança cultural "inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo ser humano como membro de uma sociedade e que são atribuídos a outras gerações".

Este raciocínio implica, sobretudo, em: rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações. Tudo isso pode ser compreendido como a demora, a lentidão, ou a rapidez em que se passam os anos e a simbologia do espaço ou das coisas que nele estão e permanecem ali (MEIHY, 2002). Tudo ocorre como parte de um processo em eterno curso e em permanente devir, como acontece, por exemplo, com as lembranças de uma família sobre os acontecimentos simbólicos de um determinado local, que irão possuir muitas representatividades, que vão se perdendo ou se transformando com o passar dos anos e, apesar disso, continuam lá (Bosi, 1987).

Considerações finais. Caminhos para uma Educação Patrimonial descolonizadora

A Educação Patrimonial realizada com a comunidade do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos incluiu o método de abordagem da História Oral, por meio de entrevistas semiestruturadas, como proposta inclusiva de seus membros enquanto agentes de salvaguarda do patrimônio arqueológico local.

A proposta de descolonizar as ações educativas é trazer à tona o pensamento comunitário e suas percepções sobre o patrimônio que aflora em seu território. É promover a investigação participativa em contextos locais e o reconhecimento dos saberes tradicionais, a fim de produzir um pensamento crítico coletivo e ampliar o espectro das representações culturais, por meio da arqueologia relacional (Gnecco, 2009).

Porém, os registros da memória em sítios arqueológicos são em sua maioria deixados de lado, consideradas como 'histórias de caboclos', ou sem tanta importância. Estarmos atentos a essas nuances potencializa as nossas pesquisas. Mas, é bom lembrarmos que a memória dura o tempo de uma única vida, em certos casos. Ela é

sempre fugaz. Quando desaparece uma pessoa mais idosa do nosso ciclo de parentesco e amizade perdemos uma gama de conhecimentos e de memórias, particularmente. Entre os povos tradicionais, uma pessoa anciã é como uma biblioteca, é um guardião, uma guardiã dos saberes (Santos; Sousa, 2020).

As informações orais podem ser confrontadas aos dados etnográficos e paleobiológicos, a fim de se estabelecer (ou não) as afinidades genéticas entre populações do passado e do presente. Não obstante, nós profissionais da arqueologia estamos a serviço da preservação da memória e do patrimônio cultural. Dessa forma, "é possível interpretar que na esteira da arqueologia pública os relatos orais, as lembranças, as memórias configuram-se como elementos que dão sentido ao artefato, isto é, ao patrimônio arqueológico" (Costa; Costa; Pacheco, 2015, p. 3).

Conforme a Portaria IPHAN n° 196/2016, existe uma série de protocolos estabelecidos para a conservação de bens arqueológicos tombados, incluindo a política de acervos ex situ reforçada pela Carta Patrimonial de Lausanne (ICOMOS/ICAHM, 1990). No entanto, ainda não existe a instrumentalização legal para a conservação destes bens arqueológicos *in situ*. Neste caso, a política pública educacional representa um viés de extrema importância para a salvaguarda dos bens arqueológicos do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos-PI, depositados, em sua maior parte, na Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), não tendo sido requerido até o momento por parte da comunidade detentora deste patrimônio.

Por meio da tradição oral como instrumento de memória social e coletiva foi possível mapear as conexões simbólicas e afetivas entre os membros da comunidade do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos e os bens culturais ali depositados.

A Educação Patrimonial praticada junto à comunidade responde aos contextos socioculturais de inclusão e da gestão participativa (universidade, comunidade, poder público), uma vez que estes membros são agentes que podem atuar efetivamente nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural local. Essas ações educativas incluíram a percepção do potencial de preservação dos bens arqueológicos *in situ* pela participação cidadã, de modo a sensibilizar os indivíduos e estimular suas relações identitárias e práticas sustentáveis, como o turismo de base comunitária e o fortalecimento da memória, do patrimônio e consequentemente da territorialidade.

Conforme enfatiza Tolentino (2018), em tempos de avanço do neoliberalismo

resulta importante e desafiadora uma política pública voltada para Educação Patrimonial Decolonial e pós-abissal enquanto projeto político-social e ético.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 155-202, 2010.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BEZERRA, Marcia. *Teto e Afeto*: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. 1ª ed. – Belém: PA: GKNoronha, 108p., 2017.

BORBA, Fernanda M.: ALMEIDA, Graciele T.: BANDEIRA, Dione R. História Oral e Arqueologia: Possibilidades e Limites das Fontes Orais na Pesquisa Arqueológica. *In*: Encontro Regional Sul de História Oral, 8., 2015, Joinville, SC. *Anais [...]*. Joinville, SC, 2015. p. 338-344.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, São Paulo: Edusp, 1987.

CARVALHO, Luzia Maria de Sousa *O que nos dizem os mortos?* Aspectos alimentares inferem modos de vida dos povos pretéritos na Serra da Capivara. 2019. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Indígena. n-1 edições, 15 jun. 2023. Republicado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC). Disponível em: https://www.abc.org.br/2023/06/22/indigena-por-eduardo-viveiros-de-castro/. Acesso em: 28 out. 2026.

CHAGAS, Mario Sousa. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *In*: TOLENTINO, Átila B. (org.). *Educação patrimonial*: educação, memórias e identidades. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013. p. 27-31. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 3).

COSTA, Eliane Miranda; COSTA, Diogo Menezes; PACHECO, Agenor Sarraf. atrimônio arqueológico e memória: reflexões sobre a construção da identidade no Rio Mapuá, Marajó, PA, Brasil. *In*: Simpósio Nacional De História, 28, 2015, Florianópolis, SC. *Anais [...]*. Florianópolis, SC, 2015. Tema: Lugares dos historiadores: novos e velhos desafios.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. *In*: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera. *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, 2009. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/. Acesso em: 24 maio 2024.

FERREIRA, Maria Aparecida Gomes. "Eu tirava conclusão de uma nuvem pra outra": Uma reflexão sobre histórias, saberes e culturas da pesca artesanal em Arraial do Cabo. História Oral, v. 1, n. 15, p. 9-34, jan./jun, 2012. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/240. Acesso em: 24 maio 2024.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação patrimonial*: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/Iphan, 2005.

FREITAS, Aline Gonçalves; LEÔNCIO, Yannara Brennda da Silva; CARVALHO, Luzia Maria de Sousa; NASCIMENTO, Ana Luisa Meneses Lage; CHAVES, Sérgio Augusto de Miranda. Paisagem, clima e subsistência no Sudeste do Piauí: estudos arqueopalinológicos no Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. *Clio Série Arqueológica*, Recife, v. 37, n. 1, p. 211-238, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.51359/24482331.2022.254548. Acesso em: 24 maio 2024.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan./abr. 2009. Disponível em: https://boletimch.museu-goeldi.br/ciencias-humanas-v-4-n-1/. Acesso em: 24 maio 2024.

GOMES, Ângela de Castro. (org.). *Direitos e Cidadania*: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GUIDON, Niède; VERGNE, Cleonice; VIDAL, Irma Asón. Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Um abrigo funerário do enclave arqueológico do Parque Nacional da Serra da Capivara. *Clio Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 13, p. 127-144, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLTORF, Cornelius. Iconoclasm. The destruction to loss of heritage reconsidered. *In*: G.Coulter-Smith (ed.). *Art in the Age of Terrorism*. London, Holberton, pp. 228-240, 2005.

ICOMOS/ICAHM. *Carta de Lausanne*: Carta para Gestão e Proteção do Patrimônio Arqueológico, 1990. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: 24 maio 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016*. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

LEITE, Ledja Suzane da Silva. *O perfil funerário do sítio pré-histórico Toca da Baixa dos Caboclos*: Sudeste do Piauí, Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 5° edição. Recife: EdUFPE, 2013, 434p., 2013.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. *Revista FUMDHAMentos*, São Raimundo Nonato, v. 1, p. 7-52, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 002.

MENDONÇA DE SOUZA, Sheila Maria; VIDAL, Irma; OLIVEIRA, Claudia Alves; VERGNE, Cleonice. Mumificação natural na Toca da Baixa dos Caboclos, Sudeste do Piauí: uma interpretação integrada dos dados. *Canindé*, Xingó, n. 2, p. 83-102, 2002. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/9530. Acesso em: 24 maio 2024.

OLIVEIRA, Claudia Alves. A perspectiva etno-histórica no Estado do Piauí-Brasil. *Clio Série Arqueológica*, Recife, v.1, n.15, p. 171-188, 2002.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial do Sudeste do Piauí*: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ORSER JR., Charles. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009. p. 23-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções*: os caminhos da

biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 23-101.

SANTOS, Josimar; SOUSA, Luana Mateus. Guardiões da memória: um estudo na Serra do Evaristo sobre os aspectos semelhantes entre cultura africana e brasileira. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v.8, n.4, p.14-22, 2020. Disponível em: https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/492. Acesso em: 24 maio 2024.

SANTOS, Pablo Patrick Jovino. *Memórias e narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato, PI, e microrregião*: uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2019.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. *Sillogés*, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 41-60, jan./jul., 2018.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/NtsgyP5DLx9P867hBBhv3xh/. Acesso em: 24 maio 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *Teoria e método em psicologia*. Tradução de Cláudia Berliner. Revisão de Elzira Arantes. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad*: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

Fontes orais

ENTREVISTADA 1 (idosa). [Entrevista cedida a] Luzia Maria de Sousa Carvalho Policarpo. São João do Piauí, PI, 10 out. 2017.

ENTREVISTADO 2 (adulto). [Entrevista cedida a] Luzia Maria de Sousa Carvalho Policarpo. São João do Piauí, PI, 10 out. 2017.

La memoria como patrimonio cultural: alteridades y narrativas sobre el sitio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, Piauí

Resumen: En este trabajo utilizamos la oralidad para verificar las relaciones de pertenencia y memoria como forma de salvaguardar el patrimonio cultural, en la comunidad en el entorno del Sitio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos. El Sitio está ubicado en el municipio de São João do Piauí, en el área del Parque Nacional Serra da Capivara, Nordeste de Brasil, y posee una diversidad de restos arqueológicos como urnas cerámicas que contienen entierros humanos datados por radiocarbono entre 450 Y 140 cal. años antes del presente, es decir, cuatro siglos pasados, además de artefactos líticos lascados y pinturas rupestres. La Educación Patrimonial desarrollada aprovechó la Historia Oral, a través de entrevistas semiestructuradas con los propietarios del terreno donde se registró el sitio. Estas personas hacen referencia a su identificación como pueblo indígena y descendiente de los grupos humanos allí enterrados. Transcribimos sus impresiones sobre las materialidades del pasado y del presente. Un hecho que, en cierta medida, configura su memoria social e identidad cultural y ayuda a preservar el patrimonio arqueológico local.

Palabras clave: educación patrimonial decolonial; historia oral; identidad cultural; Serra da Capivara; Piauí.

Memory as cultural heritage: alterities and narratives about the Toca da Baixa dos Caboclos archaeological site, Piauí

Abstract: In this work, we use orality to verify the relationships of belonging and memory as a way of safeguarding cultural heritage, in the community surrounding the Toca da Baixa dos Caboclos archaeological site. The site is located in the municipality of São João do Piauí, in the Serra da Capivara National Park area, Northeast of Brazil, and has a diversity of archaeological remains such as potteries containing human burials dated by radiocarbon from 450 to 140 cal. years before the present, that is, four centuries past, in addition to stone tool lithic artifacts and rock paintings. The Heritage Education developed used Oral History, through semi-structured interviews with the owners of the land where the site was registered. These people refer to their identification as indigenous people and descendants of the human groups buried there. We transcribe their impressions about the materialities of the past and present. A fact that, to a certain extent, shapes its social memory and cultural identity and helps in the preservation of the local archaeological heritage.

Keywords: decolonial heritage education; oral history; cultural identity; Serra da Capivara; Piauí.